**SUMÁRIO**

[1. Objetivo - 2 -](#_Toc492663135)

[2. Aplicação e Abrangência - 2 -](#_Toc492663136)

[3. Documentos de Referência e Complementares - 2 -](#_Toc492663137)

[4. Definições - 3 -](#_Toc492663138)

[5. Autoridade e Competências - 4 -](#_Toc492663139)

[6. Descrição - 4 -](#_Toc492663140)

[6.1. Descrição Geral do Processo - 4 -](#_Toc492663141)

[6.2. Validações e Cálculos do SGPP - 5 -](#_Toc492663142)

[6.3. Procedimento de Equalização de Gastos e Volumes - 6 -](#_Toc492663143)

[6.4. Monitoramento do Processo - 13 -](#_Toc492663144)

[6.5. Prazos - 13 -](#_Toc492663145)

[7. Índice de Revisões - 14 -](#_Toc492663146)

[8. Anexos - 15 -](#_Toc492663147)

[8.1. Anexo I - Padrão de Processo - 15 -](#_Toc492663148)

[8.2. Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades - 16 -](#_Toc492663149)

[8.3. Anexo III - Indicadores de Performance do Processo - 17 -](#_Toc492663150)

[8.4. Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos - 18 -](#_Toc492663151)

1. **Objetivo**

O objetivo deste procedimento é detalhar e padronizar as atividades, entradas, saídas e interfaces do subprocesso de Equalização de Gastos e Volumes (EGV) decorrentes da aprovação dos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) com a participação da Pré-Sal Petróleo, para que o processo seja executado pelas áreas técnicas e de gestão de contratos seguindo as métricas estabelecidas nos acordos. O EGV faz parte do processo de Gestão de Acordos de Individualização da Produção.

1. **Aplicação e Abrangência**

Este procedimento se aplica ao Processo de Equalização de Gastos e Volumes, que tem como gatilho a submissão dos AIPs à ANP e visa cumprir a obrigação legal e contratual da Pré-Sal Petróleo prevista nas leis, decretos e AIPs. O sistema de suporte a esse processo será o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP).

1. **Documentos de Referência e Complementares**

* Modelo de Governança Pré-Sal Petróleo
* Sugestão de Modelo de Governança proposto pela KPMG
* Política dos Acordos de Individualização da Produção do Óleo e do Gás Natural da União (Resolução CNPE)
* Acordos de Individualização da Produção (assinados) e seus Anexos
* Decreto nº 2.705/1998
* Lei nº 9.478/1997
* Lei nº 12.351/2010
* Lei nº 12.276/2010
* Lei nº 12.304/2010
* RD ANP - 651/2013
* Resolução ANP nº 25 - DOU 9.7.2013
* Decreto nº 8.063/2013
* Lei nº 12.858/2013
* Lei nº 13.303/2016
* Lei nº 13.365/ 2016
* Decreto nº 8.945/2016

1. **Definições**

| **Sigla** | **Descrição** |
| --- | --- |
| AIP | Acordo de Individualização da Produção |
| AnC | Área não Contratada |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis |
| CNPE | Conselho Nacional de Política Energética |
| DGC | Diretoria de Gestão dos Contratos |
| EGV | Equalização de Gastos e Volumes |
| G&G | Geologia e Geofísica |
| GCF | Gerência de Controle e Finanças |
| GE | Gerência Executiva |
| NT | Nota Técnica |
| PE | Participação Especial |
| PEM | Programa Exploratório Mínimo |
| PRD | Proposta de Resolução da Diretoria |
| RE | Engenharia de Reservatórios |
| SCP | Superintendência da Comercialização do Petróleo |
| SDP | Superintendência de Desenvolvimento e Produção |
| SGPP | Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção |
| SRE | Superintendência de Reservatórios |
| SS | Sistemas Submarinos |
| SUE | Superintendência de Exploração |
| UEP | Unidade Estacionária de Produção |

* 1. AIP: Acordo de Individualização da Produção, procedimento que visa à divisão do resultado da produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do desenvolvimento e da produção relativos à jazida que se estenda além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção.
  2. Partes: Empresas participantes em um consórcio ou em um AIP.
  3. Royalties = Alíquota x Valor da Produção

Valor da produção = Vol. Óleo (m³) x Preço referência Óleo (R$/m³) + Vol. Gás Natural (m³) x Preço referência Gás Natural (R$/m³)

* 1. PE - Participação Especial: compensação financeira extraordinária, ao qual os concessionários estão sujeitos ao pagamento, estabelecida pela Lei do Óleo para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, e ao pagamento pela ocupação ou retenção de área.

Quando o volume de óleo em um campo é muito grande ou tem perspectivas de grande rentabilidade, cobra-se a participação especial ao invés de royalties. Ao invés de serem cobradas sobre o valor da produção, como os royalties, as participações especiais são cobradas sobre o lucro líquido que a empresa petrolífera tem na produção trimestral em determinado campo.

* 1. SGPP: Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção planejado para atender ao gerenciamento dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural.

1. **Autoridade e Competências**
   1. **Aprovação e Atualização**

A versão inicial e as revisões desse documento devem ser aprovadas conforme a Estrutura de Comitês de Governança prevista no Modelo de Governança dos Processos. As revisões no procedimento e no fluxograma do processo de Equalização de Gastos e Volumes deverão ser realizadas simultaneamente e de acordo com o Ciclo de Revisão dos Processos, visando incorporar melhorias e novos sistemas, atender às políticas, diretrizes e padrões da empresa, deliberações da Diretoria, além de leis, decretos e resoluções da ANP.

* 1. **Responsáveis pela Execução**

Colaboradores nas áreas técnicas e administrativas indicados para analisar as informações recebidas, identificar não conformidades e propor ações corretivas, de acordo com as atribuições, papéis e responsabilidades dos processos referentes a esse procedimento, detalhados no Anexo II deste documento.

1. **Descrição**
   1. **Descrição Geral do Processo**

O processo de Equalização de Gastos e Volumes compreende ações decorrentes dos AIPs aprovados, que são celebrados quando uma jazida de óleo ou gás natural se estende por dois ou mais blocos contíguos, cujos direitos e obrigações pertencem a concessionários distintos, fazendo-se necessário celebrar um acordo entre as Partes, após a Declaração de Comercialidade do campo. Nesse processo a Pré-Sal Petróleo representa a União quando a jazida se estende para áreas não contratadas dentro do polígono do Pré-sal e participa como um sócio não Operador com direito a carrego.

O processo de Equalização de Gastos e Volumes contempla, de maneira geral, as seguintes etapas:

* Reunião inicial entre Pré-Sal Petróleo e Operador para solicitação da documentação necessária ao procedimento do EGV e alinhamento quanto ao índice de correção dos valores
* Análise sistêmica (SGPP) dos dados recebidos: custos, investimentos e produção
* Solicitação de documentação para a ANP com o objetivo de confrontar com os dados recebidos do Operador
* Atualização sistêmica (SGPP) de índices financeiros de correção e câmbios

Análise técnica (GCF, SCP, SDP, SRE e SUE), quando necessário

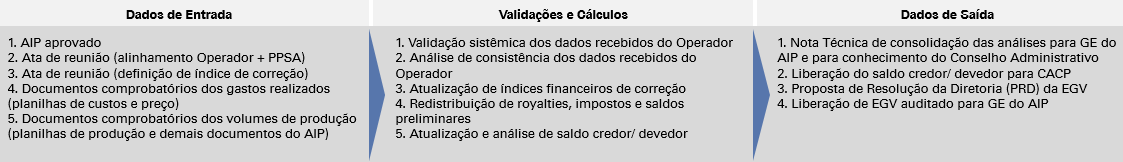
* Redistribuição de royalties, impostos e saldos preliminares
* Atualização e análise do saldo da União
* Solicitação de auditoria externa
* Ratificação do EGV e envio à DGC
* Preparação do Proposta de Resolução da Diretoria (PRD)
  1. **Validações e Cálculos do SGPP**

No processo de Equalização de Gastos e Volumes (EGV), a GE de AIPs recebe pelo SGPP o AIP aprovado, via processo de Gestão de Acordos de Individualização da Produção. Após o alinhamento entre Operador e Pré-Sal Petróleo, o Operador envia à Pré-Sal Petróleo os dados e documentos necessários, via sistema. Nesse momento o SGPP deve ser capaz de avaliar os dados e verificar a consistência das informações.

De posse dos dados consistentes, a GE de AIPs em conjunto com a GCF atualiza no sistema os índices financeiros de correção dos gastos e receitas, quando cabível.

A fase de análise técnica se inicia no sistema e as áreas técnicas inserem os dados que julgarem pertinentes referentes às análises realizadas. Com esse insumo, o SGPP será capaz recalcular os gastos e volumes informados, e de redistribuir os royalties, PE, impostos e saldos preliminares entre as Partes.

A GCF elabora Nota Técnica com a consolidação das análises e libera via SGPP para a GE de AIPs. Em seguida atualiza e analisa o saldo, finalizando o EGV. Caso o processo termine com a indicação de necessidade de auditoria, a GE de AIPs solicita, pelo SGPP, ao GCF que proceda com o processo de auditoria externa. A área de Fiscalização, por sua vez, libera o EGV auditado para a GE de AIPs que ratifica o EGV e envia à DGC.

 Figura 1: Validações e Cálculos do Processo

* 1. **Procedimento de Equalização de Gastos e Volumes**

O processo de Equalização de Gastos e Volumes tem como insumo o processo de Gestão de Acordos de Individualização da Produção e, como gatilho, a submissão do AIP pelo Operador à ANP.

* + 1. **Efetivação do AIP para início do Processo de EGV – Atividades 1 a 3, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após a formalização da aprovação e efetivação do AIP pela ANP, a Gerência Executiva do AIP e o Operador recebem o AIP aprovado pela ANP através de comunicação formal emitida pela ANP (atividades 2 e 3 do fluxograma). Com isso, o processo de EGV pode ser iniciado pela GE dos AIPs.

* + 1. **Início do Processo de EGV – Atividades 4 e 5, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O processo de Equalização de Gastos e Volumes inicia-se a partir da realização de reunião entre a GE dos AIPs com o Operador para que seja possível o alinhamento inicial sobre o processo de EGV, além da definição do cronograma de trabalho, o índice de correção dos valores e da estrutura de dados e informações a serem fornecidos. Uma ata de reunião é elaborada ao final da reunião para registrar o início do processo.

* + 1. **Obtenção de Dados Necessários aos Cálculos do EGV – Atividades 6 a 9, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O próximo passo é a elaboração, pela Pré-Sal Petróleo, de uma carta ao Operador da Jazida Compartilhada solicitando os dados necessários, conforme acordado em reunião. Este ofício representa a formalização do início do processo de EGV e a solicitação dos dados necessários para a realização dos cálculos da equalização de gastos e volumes.

Os dados necessários para realização dos cálculos do EGV são:

1. Dados a considerar: todos os relacionados ao desenvolvimento da jazida compartilhada nas Fases de Exploração e Produção, de forma mensal

a. Custos:

- Operacionais, inclusive afretamento e aluguéis

- Investimentos realizados no país

- Gastos não facilmente identificáveis e não associados diretamente às Operações.

Observação: Gastos relacionados à multas e variação cambial demandarão uma análise mais detalhada para aceitar sua inclusão na base de gastos a ser equalizada, e podem ser indicados como pontos para auditoria futura.

b. Tributos e impostos não recuperáveis

c. Produção de óleo

d. Produção de gás natural (gás escoado)

e. Royalties

1. Dados que usualmente não são considerados na base de gastos equalizáveis mas que devem ser avaliados caso a caso:

a. Participação Especial

b. Taxa de retenção de área

c. Gastos relativos a Programa Exploratório Mínimo (PEM)

d. Custos, impostos e tributos recuperáveis

e. Depreciação de ativos

f. Bônus de assinatura

g. Outros gastos não relacionados com as operações conduzidas no país, inclusive investimentos relacionados com o Repetro

Após o recebimento dos dados (consolidado mensal, por ano) do Operador, a Pré-Sal Petróleo solicita à ANP os seguintes dados para efetuar a comparação com os dados fornecidos pelo Operador:

- Produção de óleo e gás natural (produzido e escoado)

- Royalties

- Valores de referência das correntes (óleo e gás natural)

Alguns dados fornecidos pela ANP estão em base diferente daquela informada pelo o Operador (base trimestral ou anual vs. mensal do Operador), mas mesmo assim são usados para confrontar também com valores de investimento em PEM, Gastos operacionais e Participação Especial.

Os dados detalhados acima são fornecidos pela ANP através dos seguintes documentos:

* Planilhas e demais documentos de gastos e produção de óleo e gás natural;
* Tabela com preço de referência de óleo e gás natural;
* Gastos em poços, UEP (aluguéis, afretamentos, serviços para operação e manutenção) e Sistemas Submarinos;
* Custos operacionais;
* Custos de aquisição de dados de G&G e RE de desenvolvimento;
* Planilhas de aquisição de dados de G&G e RE da fase exploratória.

A Pré-Sal Petróleo solicita por carta à ANP as informações de investimentos e custos operacionais, valores mensais das correntes de óleo e gás natural, dentre outras informações necessárias, permitindo a verificação dos valores fornecidos pelo Operador. Os dados recebidos pela ANP devem ser inseridos no SGPP pela GE de AIPs.

* + 1. **Análise de Consistência – Atividades 10 a 12, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após a disponibilização dos documentos pelo Operador e pela ANP, o SGPP realizará a análise de consistência dos dados e a GE de AIPs fará as principais verificações nos dados recebidos, tais como:

1. Verificar se os gastos são relativos à Jazida Compartilhada;
2. Avaliar valores pagos a título de royalties e PE;
3. Comparar investimentos realizados;
4. Comparar custos operacionais;
5. Comparar as produções de óleo e gás natural;
6. Outras verificações preliminares.

A primeira etapa da análise, ainda em caráter preliminar, deverá ser realizada automaticamente considerando os parâmetros definidos no SGPP. Uma segunda etapa que deve ser realizada no sistema, pelo GCF, é a atualização dos índices financeiros de correção dos valores de gastos e receitas provenientes da produção, quando cabível. Nesta atividade o GCF irá inserir os índices financeiros que foram anteriormente negociados em reunião inicial entre a GE de AIPs e o Operador.

Após a análise de consistência, a GE de AIPs irá verificar a necessidade de esclarecimentos técnicos.

* + 1. **Análise Técnica – Atividades 13 a 17, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Caso sejam necessários esclarecimentos acerca dos dados recebidos, as seguintes áreas técnicas da Pré-Sal Petróleo poderão ser acionadas via *workflow* no SGPP: Comercialização, Desenvolvimento e Produção, Exploração e Reservatório. Esses esclarecimentos técnicos podem estar relacionados com a identificação de desvios, alteração de escopo de atividades planejadas, levantamento de atividades físicas, justificativas de operações realizadas na Jazida Compartilhada, dentre outros, que darão respaldo técnico para a Pré-Sal Petróleo sobre os dados recebidos e possibilitarão a conclusão do EGV.

Quando necessário o envolvimento das Áreas Técnicas, as seguintes principais análises são realizadas, embora outras possam ser solicitadas em casos específicos:

* SDP: análise da produção de óleo e gás, custos de poços, UEP, e SS, validação de volumes, receitas e preços de referência de óleo e gás;
* SRE: análise de custo de aquisição de dados G&G e RE de desenvolvimento e produção; e
* SUE: análise de planilhas de aquisição de dados de G&G e RE de exploração, atividades relacionadas ao PEM, dentre outras.

As análises técnicas devem ser alimentadas via SGPP pelas Áreas Técnicas permitindo a consulta pela GE dos AIPs e pela GCF.

* + 1. **Pontos para Fiscalização – Atividade 18, ilustrada no Padrão de Processo (Anexo I):**

Após a fase de análises técnicas, a Assessoria Especial de Fiscalização pode identificar pontos para fiscalização e para uma avaliação futura mais aprofundada. Essa atividade é utilizada como entrada de dados para o processo de Monitoramento e Auditoria.

* + 1. **Solicitação de Esclarecimentos ao Operador – Atividades 19 e 20, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após a avaliação das Áreas Técnicas, caso necessário, a GE de AIPs encaminhará, via e-mail enviado pelo SGPP, solicitação de esclarecimentos ao Operador da Jazida Compartilhada com as divergências encontradas e/ou dúvidas.

O Operador, por sua vez, deve detalhar as informações fornecidas, esclarecer possíveis questionamentos e retornar com as informações completas, sendo necessário que o processo recomece, na fase inicial de solicitação de documentos, via sistema.

* + 1. **Análise e Negociação acerca dos Cálculos – Atividades 21 a 26, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I):**

Após a análise realizada pelo GE de AIPs dos dados fornecidos pelo Operador e ANP (com ou sem auxílio das áreas técnicas), o SGPP fará a redistribuição das Receitas, dos Gastos, dos Royalties, dos Impostos e dos Saldos Preliminares (credor e/ou devedor) segundo a metodologia de cálculo aplicável à equalização de gastos e volumes, conforme definido nos Acordos de Gestão específicos e seus respectivos anexos.

A partir desta avaliação, o GE de AIPs analisa os cálculos internos realizados e negocia junto ao Operador os resultados encontrados com a redistribuição. O resultado desse trabalho interno realizado pela Pré-Sal Petróleo será confrontado com os valores a serem apresentados pelo Operador.

Caso não haja consenso sobre os resultados, o GE de AIPs irá solicitar esclarecimentos ao Operador e, se necessário, documentação adicional para justificar as diferenças encontradas. Em seguida, o Operador deverá detalhar as informações ou esclarecer os questionamentos.

Caso haja consenso sobre os resultados obtidos pela Pré-Sal Petróleo e os resultados apresentados pelo Operador, a GCF deve elaborar Nota Técnica de consolidação das análises e liberar para a GE de AIPs e para o Diretor de Gestão de Contratos via SGPP. Cabe à GE de AIPs preparar a PRD – Proposta de Resolução da Diretoria.

A Diretoria de Gestão dos Contratos irá receber a PRD e encaminhar à DE que irá analisar o documento e levar ao CA, se necessário.

* + 1. **Atualização e Análise do Saldo de EGV – Atividades 27 a 35, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I):**

Após a elaboração da NT de consolidação das análises dos cálculos da equalização (EGV), a GCF deve atualizar e analisar o saldo da União, realizando a gestão dos saldos com suporte do SGPP, verificando se há crédito ou débito para a União.

* + - 1. **Saldo credor para União**

Em caso de crédito para a União, os acertos serão feitos preferencialmente em pecúnia, mas poderão ser negociados também em óleo e gás natural, a depender das condições estabelecidas nos respectivos AIPs e Acordos de Gestão.

1. Pagamento em pecúnia:

Caso o acerto seja feito em pecúnia, a GCF irá emitir o respectivo Documento de Arrecadação (GRU) para cobrança ao Operador e Parceiros. O processo deve ser repetido, se necessário, e atualizado com a informação do recebimento do pagamento em pecúnia.

1. Pagamento em óleo e gás natural:

Caso haja previsão no AIP e no Acordo de Gestão e o acerto seja feito em óleo e gás natural, a GE de AIPs irá solicitar ao Operador e Parceiros a transferência da parcela de óleo e gás natural devida à União. Nesse caso, o processo deve ser repetido e atualizado com a informação da transferência dos volumes do Operador e Parceiros à União, que pode ser feita de uma ou mais vezes, a depender do volume de produção do Operador e demais parceiros. A informação de transferência também servirá de insumo para os processos de Comercialização (SCP) e Cálculo dos Volumes e Parcelas da União (SDP).

* + - 1. **Saldo devedor para União**

Em caso de débito para a União, os acertos serão feitos sempre em produção de óleo e gás natural com a emissão de documentação fiscal pela GCF para realização da transferência da parcela de óleo e gás natural devida pela União ao Operador e Parceiros. Essa parcela representa um volume de óleo e gás natural comprometido para a quitação do saldo credor e deve ser considerado na programação de retirada pelo processo de Comercialização (SCP). Além disso, esse saldo devedor deve ser considerado no processo de Cálculo dos Volumes e Parcelas da União (SDP).

A gestão do saldo devedor deve considerar as informações da eventual diferença de tributos da venda da parcela de óleo e gás natural devida pela União, de forma iterativa, até que o saldo seja liquidado.

* + 1. **Auditoria – Atividades 36 a 43, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I):**

Após a elaboração da NT de consolidação das análises dos cálculos da equalização (EGV), a GE dos AIPs finaliza o EGV via SGPP avaliando a necessidade de realização de auditoria. Sendo identificada a necessidade, a CGF é acionada para que solicite à Assessoria Especial de Fiscalização que proceda com o processo de auditoria.

A Assessoria Especial de Fiscalização deve providenciar e acompanhar a realização da auditoria e caso sejam identificadas divergências, deve realizar uma reunião interna para discussão dos pontos e solicitar esclarecimentos ao Operador via SGPP. Do contrário, deve liberar o EGV auditado para a GE de AIPs para que o EGV possa ser finalizado. Eventuais ajustes decorrentes do processo de auditoria podem gerar saldo credor ou devedor para a União, e se aplicam, neste caso, as etapas descritas no item 6.3.9.

* + 1. **Finalização do EGV – Atividades 44 a 46, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I):**

Após as análises de auditoria externa, a GE dos AIPs deve ratificar o EGV e enviar à Diretoria de Gestão dos Contratos, que por sua vez deve preparar a Proposta de Resolução da Diretoria (PRD) com EGV e submeter à DE (para conhecimento ou aprovação, quando necessário).

* 1. **Monitoramento do Processo**
     1. **Monitoramento Gerencial (Indicadores de Performance do Processo):**

O Processo de Equalização de Gastos e Volumes deve ser suportado por Indicadores de Performance do Processo, conforme detalhamento no Anexo III. O Modelo de Governança dos Processos prevê a sistematização desses indicadores com a realização do Ciclo periódico de acompanhamento dos indicadores que envolve os Comitês Diretivo, Executivo e de Especialistas com as seguintes atividades:

1. Analista responsável pela gestão dos indicadores na Gerência Executiva dos AIPs deve gerar os indicadores e enviá-los via e-mail para análise do Comitê Executivo e do Comitê de Especialistas;
2. Comitê Executivo e Comitê de Especialistas devem avaliar os indicadores gerados para cada processo em reunião e aprovar o envio ao Comitê Diretivo; e
3. Comitê Diretivo e Comitê Executivo devem avaliar os resultados em reunião e elaborar plano de ação para os desvios apresentados. Arquivar resultados no SGPP ao final desse ciclo periódico.

Os indicadores (detalhados no Anexo III deste documento) previstos para o processo de Equalização de Gastos e Volume são:

* Saldo da União pelo EGV
* # Pontos de EGV indicados para auditoria
  1. **Prazos**

Os prazos a serem cumpridos são aqueles normalmente definidos em cada EGV específico, no AIP, no Acordo de Gestão ou na reunião mencionada no item 6.3

1. **Índice de Revisões**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÍNDICE DE REVISÕES | | | | | | | | | | |
| REV. | DESCRIÇÃO | | | | | | | | | |
| 0 | Original | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  | | ORIGINAL | REV. 1 | REV. 2 | REV. 3 | REV. 4 | REV. 5 | REV.61 | REV. 7 | REV. 8 |
| DATA | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ELABORADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REVISADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| APROVADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **Anexos**
   1. **Anexo I - Padrão de Processo**



Figura 2: Macrofluxograma do Processo

* 1. **Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades**



Figura 3: Matriz de Papéis e Responsabilidades do Processo

* 1. **Anexo III - Indicadores de Performance do Processo**



Figura 4: Indicadores de Performance do Processo

* 1. **Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos**

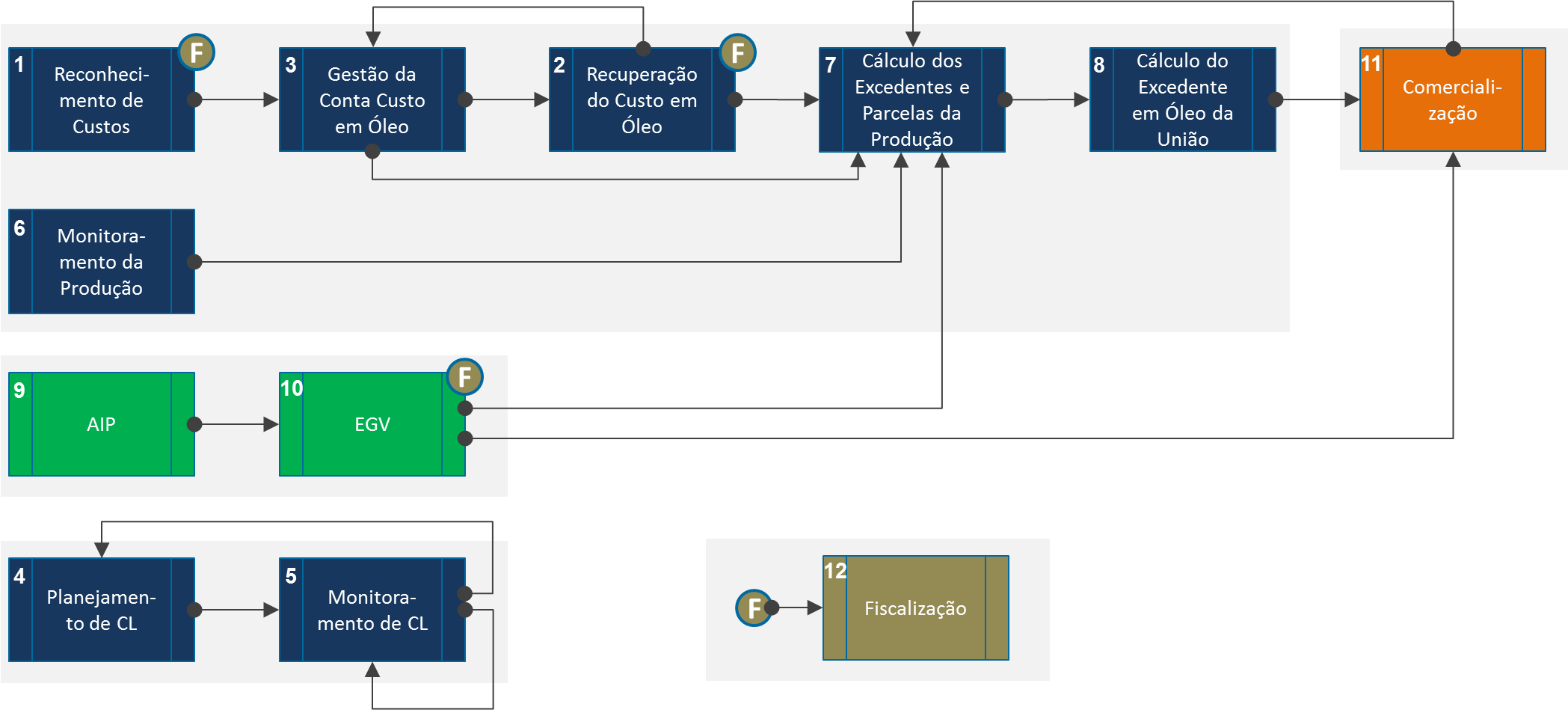


Figura 5: Mapa de Interface dos Processos